

## O Discurso de Gênero nas Iniciativas para Desenvolvimento: o caso do eixo IBAS

Thais de Bakker Castro<sup>1</sup>

### Resumo

Este trabalho busca a melhor compreensão da concepção de “desenvolvimento da mulher”, que visa, primordialmente, a igualdade de gênero dentro de processos de desenvolvimento, através de uma análise de sua manifestação e impactos discursivos no caso específico do “Fórum sobre o Desenvolvimento da Mulher e Igualdade de Gênero” do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul). Após uma visão geral do conceito de “desenvolvimento da mulher”, o trabalho divide-se em duas partes: a primeira, dedicada a uma análise sobre como esse conceito, propagado pelo Fórum IBAS, ajuda na solidificação de uma normativa de gênero binária e o impacto que isso tem sobre indivíduos que não podem ser enquadrados em nenhuma dessas categorias; a segunda parte dedica-se a explorar os aspectos da construção de “mulher” como um dos sujeitos dessa oposição dentro do discurso de “desenvolvimento da mulher”, passando assim a caracterizá-la, e as contradições presentes nessa abordagem discursiva.

### Palavras-chave

Desenvolvimento da Mulher; IBAS; Fórum sobre o Desenvolvimento da Mulher e Igualdade de Gênero; Discurso de gênero; Binarismo.

### Abstract

This paper attempts to reach a better understanding of the concept of “women development”, which seeks primarily to achieve gender equality within development processes, through an analysis of its presence and discursive impacts in the specific case of the IBSA (India, Brazil and South Africa) “Forum for Women Development and Gender Equality”. After an outlook of the concept of “women development”, the paper is divided in two parts: the first one is dedicated to an analysis of how this concept, propagated by the IBSA Forum, helps to solidify a gender binary normative and the impact this has on individuals who do not fit in any of these categories; the second part explores the aspects of the construction of “woman” as one of the subjects of this binary division in the “women development” discourse, thus defining women, and the contradictions present in that discursive approach.

### Key-words

Women development; IBAS; Forum for Women Development and Gender Equality; Gender discourse; Binary normative.

---

<sup>1</sup> É aluna de graduação em Relações Internacionais na PUC-Rio e bolsista de Iniciação Científica; pesquisa temas relacionados a gênero e desenvolvimento.

## Introdução

O IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) data de 2003 e é descrito como um fórum de diálogo que tem como intuito promover a cooperação Sul-Sul. Seus objetivos auto-declarados giram muito em torno do que se entende como *desenvolvimento* dos três países, buscando ações que estimulem oportunidades comerciais e investimentos, bem como diminuição da pobreza. Dentro do IBAS, existe o “Fórum sobre o desenvolvimento da Mulher e a Igualdade de Gênero”, que “reúne-se com o objetivo de fortalecer a participação das mulheres e reconhecer a contribuição fundamental delas para o desenvolvimento social, econômico e cultural de Índia, Brasil e África do Sul” (BRASIL, s.d.). Suas áreas de cooperação são:

- Políticas macroeconômicas inclusivas;
- Financiamento para o empoderamento da mulher;
- Participação das mulheres em cooperativas; capacitação;
- Combate à violência ;
- Trabalho em cooperação com a sociedade civil

A linguagem empregada no fórum IBAS com relação às questões de gênero é nada mais do que um reflexo do pensamento Ocidental Estadocêntrico a partir do qual Estados são construídos de forma heterossexista (PETERSON, 1999) e, portanto, é reflexo também de suas próprias políticas heteronormativas. Além disso, é um excelente exemplo da concepção predominante de igualdade de gênero acoplada à ideia de “desenvolvimento nacional”, que vem tomando força nas últimas décadas e que não se manifesta apenas no fórum IBAS, mas dentro de todo o discurso neoliberal que perpassa as formas contemporâneas de governança global.

Pensa-se que, para que um país atinja todo seu potencial de geração de capital e subsequente aumento do bem-estar populacional é crucial que se *aumente a participação da mulher no mercado de trabalho*. Quando se trata de igualdade de gênero, nestas palavras (como consta no próprio nome de um dos fóruns do IBAS), refere-se quase que estritamente à necessidade de permitir acesso feminino a capital, bens e produção, com algumas menções honrosas à diminuição da violência de gênero (que, a propósito, é entendida quase que exclusivamente como violência doméstica).

Essas conclusões são facilmente derivadas de qualquer exame superficial de documentos disponíveis do Fórum de Mulheres IBAS que, falando sobre gênero, endereçam tão somente “mulheres” e suas formas de trabalho. Se, o *problema das mulheres no mercado de trabalho* (que são excluídas) é resolvido, resolvem-se os

*problemas das mulheres* (sua opressão) e também alguns *problemas do país* (que deixa de gerar capital através da mão-de-obra das mulheres). Esses fatores são descritos como coisas intrinsecamente conectadas e as únicas partes de uma equação.

Trata-se de um discurso que estourou na década de 1970, com a ascensão dos movimentos feministas ao redor do mundo em convergência com a popularização da ideia de desenvolvimento. A Organização das Nações Unidas, que já trabalhava ativamente com desenvolvimento, em 1974 declarou que o período de 1975-1985 seria a “Década para o Avanço das Mulheres”, tempo durante o qual prestou especial atenção ao incentivo para que fossem aplicadas formas de melhorar o posicionamento econômico e social das mulheres. Contudo, esse tipo de projeto parte do pressuposto que a mãe de todos os problemas enfrentados pelas mulheres de países marginais é a pouca participação da qual desfrutam no projeto de crescimento e desenvolvimento neoliberal; sua inserção apropriada em tal processo seria, portanto, necessária para a melhora de seu status social e tudo que elas precisariam.

Diversas pesquisas que se seguiram – durante os anos 1980 – vieram a provar que, ao longo dessa década, o status socioeconômico das mulheres nos países “subdesenvolvidos” – até então chamados de “Terceiro Mundo” – além de não melhorar, de fato piorou (SEN E GROWN, 1987). Isso demonstra que, ao contrário do que se leva a acreditar através dos discursos predominantes sobre desenvolvimento e igualdade de gênero, a tentativa governista de integração da mulher ao mercado não deriva necessariamente em uma suposta melhora nas suas condições de vida.

A atenção que hoje em dia é dada ao que se entende como questões de gênero é definitivamente maior do que em tempos passados, mas apenas porque “preocupações sociais que podem impactar com eficiência de mercado hoje em dia valem a consideração de instituições desenvolvimentistas” (GRIFFIN, 2009, p.14, tradução nossa). Em outras palavras, apenas por serem ferramentas ao serviço da acumulação de capital. A partir disso, “igualdade de gênero” acaba referindo-se inteiramente à possibilidade de acesso livre das mulheres ao capital, o que implica na exclusão daquele ou daquela que não é entendido como mulher (ou homem), além de ignorar o papel crucial do trabalho “informal” das mulheres, que é essencial para o funcionamento da economia capitalista – e que, por sua vez, depende de assimetrias de poder no mercado de trabalho.

O objetivo aqui não será determinar se a vida das mulheres melhorou ou não com medidas desenvolvimentistas, até porque “tais avaliações descansam sobre noções



pré-concebidas do que sucesso e falha podem ser, como podem ser medidos e quem seria qualificado para fazer esse julgamento” (SHARMA, 2008, p.xix, tradução nossa). Em vez disso, este trabalho busca traçar superficialmente algumas das implicações da prática discursiva sobre gênero que é dominante em países em processo de desenvolvimento, prática esta que trata todo o espectro de questões de gênero como relativas à situação econômica da mulher.

Tal abordagem discursiva pode ser vista em inúmeras instâncias, como em políticas de organizações tal qual o Banco Mundial, além de diversos Estados nacionais. O exemplo aqui examinado é o do fórum IBAS, pois este conta com países cotados como alguns dos mais promissores em termos de crescimento e desenvolvimento, que através do fórum emitem posicionamentos próprios sobre o assunto de gênero, refletidos em suas políticas internas. Além disso, estes possuem semelhanças socioculturais e históricas entre si que tornam possível uma análise mais pontual.

A metodologia utilizada será a da análise de discurso, na tentativa de melhor compreender alguns dos paradigmas inseridos na ideia de “desenvolvimento da mulher”, por meio de um estudo de caso do “Fórum para Desenvolvimento da Mulher e Igualdade de Gênero”, localizado dentro do IBAS. Para tal, serão analisados documentos oficiais. Nosso argumento é que esse fórum utiliza-se de um discurso reiterado em infinitas instâncias que constrói e repete, grosso modo, a identidade adotada pelos países em questão com relação a gênero, o que traz efeitos práticos na vida de inúmeras pessoas – obviamente, existem inúmeras divergências entre esses países com relação aos seus índices de igualdade de gênero e direitos legalmente reconhecidos, mas o foco aqui é delinear os pontos de entendimento que são comuns.

O caso do IBAS é especialmente relevante por ser o discurso emitido pelos próprios países que estão em desenvolvimento, diferentemente dos discursos sobre “desenvolvimento da mulher” do Banco Mundial e da ONU, que podem ser entendidos como instâncias independentes. Essa metodologia é a mais adequada para desconstruir elementos que fazem parte da própria estrutura do entendimento de gênero e, portanto, as relações sociais baseadas nessa questão. A crítica a esse discurso parte de um diálogo entre as correntes do feminismo pós-colonialista e Queer.

### **Políticas de exclusão**

A primeira reunião do Fórum de Mulheres do IBAS aconteceu em 2007, na ocasião da segunda Reunião de Cúpula do IBAS, e nesse encontro foi reafirmado o



compromisso com a promoção da igualdade de gênero. A segunda reunião foi em 2008, com foco em “Cooperação na Área de Programas para o Desenvolvimento da Mulher e Igualdade de Gênero”, e a terceira, em 2010, com o objetivo de analisar os efeitos da violência e da crise econômica sobre as mulheres dos países-membro (observa-se que o tema central é sempre sobre mulheres, apesar do termo “igualdade de gênero” ser mencionado diversas vezes).

A tabela a seguir foi elaborada a partir de uma contagem simples de determinadas palavras e termos estratégicos no documento do III Fórum de Mulheres do IBAS, acontecido em Brasília:

**Tabela 1: Contagem de Palavras no documento do III Fórum de Mulheres do IBAS**

<b>Palavras e termos-chave</b>	<b>Quantidade de vezes em que apareceram no documento</b>
“Mulher”	88 vezes
“Emprego”	20 vezes
“Gênero”	17 vezes
“Mercado”	10 vezes
“Econômico”; “Economia”	9 vezes; 6 vezes
“Violência doméstica”	2 vezes
“Estupro”	1 vez
“Violência sexual”; “Transesexualidade”; “LGBT”; “Diversidade sexual”; “Direitos reprodutivos”	0 vezes

**Fonte:** Autoria própria

Uma contagem de palavras desse tipo desconsidera, evidentemente, o contexto em que foram usadas, mas o propósito da inserção da tabela acima neste trabalho é outra: apontar a importância concedida a cada tema correlato ao Fórum que, supostamente, endereça “desenvolvimento da mulher e igualdade de gênero”. Ao passo em que se disserta extensivamente sobre “mulher”, “empregos”, “mercado” e “economia”, poucas vezes a violência sofrida com base em gênero é mencionada. Outras incidências de sexualidade e identidades de gênero que fogem do normativo são completamente ignoradas, e não têm sequer sua existência reconhecida. Em primeiro lugar, cabe

menção que o entendimento de gênero do qual se parte aqui deriva dos estudos de Judith Butler, onde gênero é definido como performance – o que implica que corpos humanos podem tornar-se locais políticos de resistência ou de reprodução de um sistema. Parte-se aqui do pressuposto que é esperado dos seres humanos que se encaixem em certo gênero determinado por seus órgãos reprodutores desde o momento de seu nascimento, a partir de quando recaem sobre si inúmeras atribuições de comportamento. Essas atribuições são constantemente reforçadas em incontáveis tipos de interação social e geram um entendimento de identidade humana binário, dividido entre “homem” e “mulher”, e heteronormativo, que abarca apenas a heterossexualidade como forma de sexualidade aceitável.

Historicamente, as mulheres foram imensamente desfavorecidas e reconhecidamente passaram a figurar do lado oprimido da balança de gênero binária: a elas foi delegado o espaço doméstico e a submissão corporal ao homem mais próximo. Indivíduos que flutuam entre a oposição homem/mulher, não se encaixando em nenhuma das duas ou encaixando-se de certa forma “mal”, não são sequer reconhecidos como seres humanos “normais”, mas como “abominações”, pontos marginais à sociedade que devem ser apagados. As possibilidades de reiteração das atribuições masculina/feminina são incontáveis e atravessam inúmeras formas de interação social; passam, também, por normas e leis reconhecidas pelos Estados, que são responsáveis por propagá-las legitimamente como uma normativa.

As ideias de Foucault sobre a relação entre conhecimento e poder, que também passam por Butler (FOUCAULT, 1997; BUTLER, 2003), são pertinentes para que se compreenda a reprodução de determinados paradigmas de gênero: a repetição constante de uma linguagem binária de gênero específica, costumeiramente propagada pelas unidades Estatais (o ápice do que é entendido como uma instituição poderosa), molda e restringe o entendimento das pessoas acerca de identidades possíveis, e performances de gênero que fujam do “normal” acabam ficando virtualmente incompreensíveis. Ou seja, forja-se uma ontologia do gênero humano, com representações corporais e locais sociais compreendidos como estáticos e pré-designados, e tudo o que saia do compreensível é considerado como “falso”. Assim:

Um discurso restrito de gênero que insiste na binariedade de “homem” e “mulher” como modo exclusivo de entender o campo de gênero performa uma operação regulatória de poder, naturalizando a instância hegemônica e acabando com a possibilidade de sua perturbação (BUTLER, 2003, p. 19, tradução nossa).

Resumidamente, “homem” e “mulher” são, na verdade, categorias definidas pela ordem hegemônica através de repetições exaustivas do discurso que as compõe, que define como as pessoas devem comportar-se e que molda a forma através da qual as pessoas se mostram e são entendidas pelo mundo. Por outro lado, é exatamente a infinita repetição dos discursos que faz com que essas categorias sejam entendidas como entidades fixas, naturais e ontologicamente independentes, que possuem vida própria independente de discurso e que, portanto, não podem ser quebradas ou alteradas pelas pessoas sem que isto seja uma abominação.

Quando, na retórica dos Estados, refere-se a gênero única e exclusivamente como assuntos de “mulheres”, ajuda-se a consolidar a percepção estática de gênero que engloba apenas o homem e a mulher, bem como a posição inferior ocupada pela mulher face ao homem. Através da reiteração constante desse discurso, é solidificada a noção de que “gênero” resume-se a resoluções para os problemas das mulheres. Ao mesmo tempo em que isso traz visibilidade para uma parcela historicamente oprimida da população, funciona também apagando as possibilidades de que exista alguma outra instância de indivíduos que não mulheres ou homens, e restringindo a ideia de humanidade para algo que englobe apenas essas duas performances.

Entenderemos aqui os documentos do fórum IBAS como leis, no sentido de elementos que dizem respeito à própria estrutura Estatal que comporta, regula e dá forma às vidas dos indivíduos em questão. Esses documentos cumprem o papel de guias do que acontece dentro do Estado e daquilo que o Estado entende como justo, necessário e existente. A importância das leis e/ou mecanismos regulatórios no processo de construção do sujeito e de sua humanidade é que estes são concebidos como ahistóricos e universalistas; essas leis “engajam a produção traumática de um antagonismo sexual em sua normatividade simbólica” (BUTLER, 1993, p.190, tradução nossa), e fazem isso moldando o que é compreendido como e, portanto, real. Tudo aquilo que ultrapassa o que está explícita ou implicitamente previsto na lei acaba tornando-se o que Judith Butler chama de *culturalmente abjeto* (BUTLER, 1993, tradução nossa).

Da mesma forma em que muito se discute sobre a formação do sujeito Ocidental em oposição ao não-Ocidental no imaginário coletivo – *the West and the rest* – o mesmo acontece com o sujeito heteronormativo em oposição àquele cuja performance não corresponde minimamente a essas expectativas. A sensação de estranhamento e de falsidade é onde se encontra, justamente, lugar para a violência que segue a partir disso,



o desejo de purgação, de correção, de expulsão. Não por acaso, pessoas LGBT encontram níveis desproporcionais de violência em grande parte dos países do mundo (os países do IBAS inclusos), e não é estranha a propagação do mito que “não existe homossexualidade aqui” (não importa onde “aqui” seja, mas apenas que “aqui”, na minha terra, homossexualidade não é real porque corpos que desviem das normativas de gênero são falsos). Brasil, Índia e África do Sul não são nada diferentes, e percebe-se o motivo a partir da linguagem perpetuada por esses países que não reconhece a existência dessas pessoas – e para que sejam possíveis portadoras de direitos, essas pessoas devem em primeiro lugar ter uma *existência possível*.

### Lugar de mulher

Margaret Snyder, cientista social e diretora-fundadora do UNIFEM (Fundo de Desenvolvimento para Mulheres das Nações Unidas), juntamente à Mary Tadesse define “Mulheres e Desenvolvimento” como um termo inclusivo que é usado por elas “para significar um conceito e um movimento cujo propósito a longo prazo é o bem-estar da sociedade – a comunidade de homens, mulheres e crianças” (SNYDER E TADESSE, 1995, *apud* PAPART *et. al.*, 2000, p.35, tradução nossa). A formulação de tal termo, segundo as autoras, é baseada em algumas pressuposições como as seguintes:

- Porque mulheres representam mais da metade de recursos humanos e são centrais para a economia assim como o bem-estar social das sociedades, objetivos de desenvolvimento não podem ser totalmente alcançados sem sua participação.
- “Mulheres e desenvolvimento” é, portanto, um conceito holístico onde o objetivo de um não pode ser alcançado sem o sucesso de outro.
- Mulheres, portanto, devem ter ambos o direito legal e o acesso aos meios existentes para a melhora de si mesmas e da sociedade.

Esta ideia de emancipação feminina ou desenvolvimento da mulher é pautada, inteiramente, dentro do sistema neoliberal. Trabalha com a pressuposição que todos os objetivos femininos são iguais, o que leva a uma total descontextualização do lugar ocupado pelas mulheres na sociedade, de forma a apagá-las como sujeito ou constituí-las unilateralmente como uma categoria a ser definida por seus papéis normativos e por sua “falta de emprego”.

É possível classificar essas pressuposições como elementos do feminismo liberal, que trabalha dentro do sistema capitalista e é direcionado no sentido de um ideal humanista, expresso na fala de Snyder e Tadesse – na parte em que dizem que o

propósito a longo prazo de seu movimento é o bem-estar da comunidade de *homens*, *mulheres* e crianças. Esse ideal parte do pressuposto comum ao neoliberalismo de que todos os aspectos constituintes de um ser humano sobrepõem-se ao substrato da “racionalidade econômica”. Sendo as mulheres confrontadas com uma realidade política neoliberal totalitária, o caminho seguido pelo feminismo liberal é o de “co-optação dentro dos discursos dos poderosos”, o que “não apoia a totalidade de forma intencional, mas carece de um discurso baseado em uma crítica radical do presente” (JABRI, 2004, p.265, tradução nossa).

Ao trabalhar dentro do sistema político e econômico pré-existente, que inclui certo entendimento ontológico do sujeito com relação a seu gênero, abordagens que tratam apenas da posição da *mulher* na economia lidam com uma tentativa de alterar pesos em uma balança binária de gênero que desfavorece o lado ocupado por mulheres. Negligenciam que o próprio título de “mulher” traz consigo um sem número de atribuições que recaem sobre indivíduos dados como mulheres, o que impossibilita que seu lugar na sociedade seja igual àquele concedido ao lado “masculino”. Mulheres, como vêm sendo entendidas historicamente e ainda o são hoje em dia, são inerentemente submissas; a submissão é um de seus próprios atributos. Sem a desconstrução das ideias e predicados que constituem o sujeito mulher não se atinge a liberdade feminina.

Por exemplo, não há discussões registradas do Fórum IBAS com relação aos direitos reprodutivos da mulher, que são um assunto quase *tabu* demais para ser enfrentado, uma vez que o direito ao aborto vai na contramão do papel maternal feminino. Ambos, Brasil e Índia, possuem inúmeros obstáculos à prática legal do aborto e enfrentam grande número de mortes femininas em decorrência de abortos feitos de forma insegura, sendo a Índia ainda lugar de aborto seletivo com o objetivo de terminar fetos do sexo feminino. A África do Sul é o único membro do IBAS a permitir, incondicionalmente, o aborto dentro das 12 primeiras semanas de gestação.

Há também uma preocupante falta de atenção ao problema da violência baseada em gênero, inclusive, na reunião que teve como um dos seus temas centrais a violência contra mulheres (ver Tabela 1). Conforme mencionado anteriormente, as formas de violência de gênero que não aquela contra mulheres também são ignoradas. As poucas menções a violência doméstica acabam demonstrando que essa questão é tida, predominantemente, como um problema inferior à marginalização feminina no mercado, um efeito colateral e, portanto, secundário – como se fosse uma prática que

desapareceria caso os modelos de trabalho feminino equivalessem aos modelos de trabalho masculino.

No documento final do III Fórum de Mulheres IBAS, o relatório Indiano dedica grande espaço para a avaliação do impacto da crise financeira sobre as mulheres, que mesmo empregadas informalmente em sua maioria, foram prejudicadas. Também afirma que há evidências de que a incidência de “conflitos e violência doméstica” aumentou por conta da crise e que “isso pode ser atribuído a maior insegurança e frustração na vida diária, o que fez com que os homens descarregassem sua raiva nas mulheres da família” (IBAS, 2010, p.3). Em outras palavras: a violência doméstica é culpa da crise, e não de uma cultura sexista que faz com que as mulheres sejam entendidas como válvulas de escape para as frustrações masculinas. “A situação está, entretanto, melhorando [...] O Governo da Índia tomou varias medidas para enfrentar as situações decorrentes da crise” (IBAS, 2010, p.3). Ou seja, a solução para isso virá com o fim da crise, quando a infelicidade masculina será aplacada e, logo, as mulheres sofrerão menos – em outras palavras, trata-se de uma postura de “tratar os sintomas”, porque não é vantajoso que a doença seja combatida. Dessa forma, mulheres continuarão sendo válvulas de escape sujeitas a caprichos masculinos, mas haverá menos motivo para serem espancadas. Inerente à condição feminina está, também, sua submissão corporal.

No relatório Brasileiro, não há sequer menção a violência contra mulheres, apenas um aglomerado de dados com relação a taxas de emprego femininas e masculinas no Brasil, nebulosos quanto a sua metodologia de obtenção e, na maior parte do tempo, quanto ao de mercado (formal ou informal) referem-se. Não há a menor contextualização histórico-cultural, a não ser com relação a aumento ou diminuição de porcentagens. Contraditoriamente, o Brasil enfrenta uma taxa de mortalidade decorrente de violência doméstica de 5,43 a cada 100 mil mulheres, em uma média aproximada de uma mulher a cada hora e meia (IPEA, 2013).

Já o relatório Sul-Africano é bastante progressista nesse sentido e dedica um grande espaço para endereçar problemas da violência contra mulher, dizendo que “há uma necessidade de diálogo a respeito de percepções sociais de masculinidade, violência na sociedade e a natureza do poder baseado no gênero entre indivíduos” (IBAS, 2010, p.6), sendo o único a levar em consideração, portanto, o contexto sistêmico de opressão a mulheres.

A soma da própria definição do Fórum de Mulheres IBAS e de seu nome (“Fórum para o Desenvolvimento da Mulher e Igualdade de Gênero”), dos temas e dos



resultados das três reuniões – a primeira organizacional, a segunda sobre desenvolvimento, a terceira sobre a crise econômica e violência, tendo o tema da violência ocupado segundo plano – constrói uma totalidade caracterizada pela posição da mulher no mercado, o que ocupa o grau mais alto de hierarquia em importância, sendo o tema que amarra todo o Fórum. Como dito aqui na introdução, o objetivo não é avaliar se medidas desenvolvimentistas melhoram ou não a vida das mulheres, porque isso partiria de pressuposições específicas. Mas podemos dizer que, através de toda essa repetição, o valor da mulher passa a ser seu emprego e este torna-se, dentro do discurso desenvolvimentista, um elemento que a define como mulher.

Assim, o objeto “mulher” torna-se quase que indissociável de seus obstáculos mercadológicos. Quando faltam perguntas básicas sobre o próprio *motivo* que leva às desigualdades de gênero, não apenas no mercado de trabalho, mas também em todas as outras esferas da vida feminina, a abordagem que coloca a mulher apenas como um ser que precisa de melhores ocupações acaba auxiliando na constituição de uma imagem de mulher que é fraca e vítima por natureza, perpetuando, portanto, sua posição como ente submisso. Como diz Spivak, em “Uma Crítica da Razão Pós-Colonial”:

O projeto feminista não é simplesmente colocar a mulher como vítima, mas perguntar: [...] Por que “ser” equivale a “ser esposa”? Isso pode até mesmo levar a questões como a equação contemporânea onde “ser” equivale a “ser vantajosamente empregado” (SPIVAK, 1999, p.290, ênfase nossa, tradução nossa).

Toda essa crítica que busca uma reforma dentro do sistema vigente é contraditória. O capitalismo não pode se sustentar sem todo esse emprego informal de mulheres – sem mulheres para fazê-lo, por preços baixos e grande carga de trabalho, quem faria? Quem, afinal, ficará responsável pela cuidadosa manufatura de artesanato vendido para turistas na rua, os artesanatos que nenhum turista vai embora sem comprar? Quem organizará as cozinhas e cuidará dos filhos das mulheres de classe média, quem limpará quartos de hotel? O que vai acontecer com todo o capital injetado em certos países que é fruto, exclusivamente, de turismo sexual? É intrínseco ao próprio sistema que haja trabalho informal e mal remunerado.

A questão completamente omitida no conceito de “desenvolvimento da mulher” utilizado pelo IBAS é que o próprio entendimento de “mulher”, como um ser submisso por natureza, faz com que sejam mulheres as que ocupem (predominantemente) as posições mais exploratórias – a elas delega-se, além do trabalho doméstico em suas

próprias casas, mais uma carga extra de trabalho, frequentemente, de muitas horas e baixa remuneração.

Por outro lado, a mera crítica a esse *efeito*, sem desconstruir, em primeiro lugar, a ideia de mulher profundamente entranhada no âmbito cultural que o provoca, não é minimamente suficiente para trazer mudanças radicais. Até porque, mesmo se metade das posições mais desprivilegiadas no mercado de trabalho fosse ocupadas equivalentemente por “ambos” os gêneros, estas continuariam tendo que existir, o que é inerentemente contraditório à qualidade supostamente “humanista” da abordagem do feminismo liberal, que objetiva *bem-estar* igualitário da comunidade de seres humanos.

Essa abordagem também ignora completamente a outra forma de exploração capitalista que vai além da mão-de-obra: a exploração da imagem feminina, a instrumentalização de vidas com fins de obtenção de capital. Ignora a quantidade abismal de propagandas de produtos que contam com a imagem feminina, tanto aqueles direcionados a mulheres quanto aqueles direcionados a homens; mulheres vendem desde desinfetantes até cervejas e carros, geralmente, sendo apresentadas como objeto passivo de admiração, sempre reiterando seus papéis normativos, reiterando a condição feminina normativa de toda mulher, reforçando sua submissão “natural”. Ignora também a exploração da Indiana vendendo *saris*, que vai parar em um cartão postal e não recebe nada por isso; a da Brasileira de biquíni na praia, que é exibida em veículos midiáticos internacionais e não recebe nada por isso; a da Africana que é filmada performando danças típicas e exibida como propaganda em agências de viagem, sem receber nada por isso. Todas acabam sendo produtos no capitalismo, o mesmo capitalismo dentro do qual os governos, pensando em “desenvolvimento da mulher”, tentam integrá-las. Para deixarem de ser produtos, teriam que deixar de ser mulheres, como se entende uma mulher hoje. Ou deixar de viver dentro do capitalismo.

## Conclusões

O ponto que torna a abordagem de “desenvolvimento da mulher” grave é que esta é hegemônica. No caso IBAS, o próprio nome “Fórum para Desenvolvimento da Mulher e Igualdade de Gênero” já traz consigo uma carga de pressuposições que são fatos dados sobre os quais todas as medidas serão estruturadas: pressupõe-se, em primeiro lugar, que igualdade de gênero está necessariamente conectada ao indivíduo mulher, exclusivamente. Pressupõe-se, além disso, que as mulheres dos países marginais precisam ser incluídas nos processos de desenvolvimento, que precisam sair

de um lugar para chegar a algum outro, isto é, pressupõe-se a aspiração da *unidade mulher* de progredir (seja lá o que isso signifique exatamente). E o que torna esse discurso tão poderoso é que:

A força última de um discurso hegemônico é quando sua auto-legitimização é baseada na afirmação que esta é a única história disponível, uma narrativa construída como resultado de um diálogo com seus sujeitos, mesmo que estes continuem de certa forma ausentes, vazios e portanto abertos a ocupação (JABRI, 2004, 275, tradução nossa).

E essa narrativa é colocada, positivamente, como a única história disponível, especialmente, por não reconhecer sequer a existência de outras. Passa-se, também, por um diálogo construído com os sujeitos dessa abordagem. Por exemplo, após o segundo encontro do Fórum de mulheres do IBAS, foi lançado um livro resultante de uma palestra chamada “Pensando uma Estrutura Macro-econômica Inclusiva: uma abordagem Feminista Sul-Sul”. A produção de políticas para o desenvolvimento da mulher passa a ser colocada como iniciativa das próprias mulheres, como se não houvesse outra iniciativa possível, porque essa é a conclusão última de um debate construtivo.

Não existe objetivo comum a todas as mulheres, e a unidade mulher é, exclusivamente, produto de um discurso. A pressuposição de que exista tal objetivo é uma abordagem extremamente colonizadora, uma vez que: (1) apaga todas as outras possibilidades de “mulher” que existiram antes do modelo Ocidental e de outras abordagens possíveis; (2) baseia-se na ideia que a caminhada em direção à melhor adaptação ao modelo Ocidental é progresso; (3) pressupõe que a “inclusão” das mulheres no mercado de trabalho *necessariamente* vai levá-las a um melhor posicionamento na sociedade, como se essa fosse uma linha temporal necessária, e como se mulheres já não estivessem trabalhando de forma independente há séculos, sustentando famílias há séculos (no caso das mais pobres), e enfrentando violência, objetificação e marginalização até os dias de hoje.

As políticas de incentivo a formas alternativas de trabalho feminino podem, certamente, mitigar dificuldades na vida de certas mulheres. Contudo, a mera crítica a essas desigualdades no mercado de trabalho não é suficiente para radicalmente alterar a posição das mulheres na sociedade. Para isso, seria necessário concentrar-se nas perguntas certas e focar um pouco mais nos motivos que levam a isso.



## Referências

BUTLER, J. *Bodies That Matter: on the Discursive Limits of Sex*. Nova York: Routledge, 1993. 288p.

BUTLER, J. The Question of Social Transformation. In: BUTLER, J. et al. *Women and Social Transformation*. Nova York: Peter Lang Publishing, Inc, 2003. p.1-28.

BRASIL (país), Secretaria de Políticas para Mulheres. *IBAS – Fórum de Diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul*. Disponível em: <<http://mulheres.gov.br/Articulacao/articulacao-internacional/ibas/ibas-forum-de-dialogo-entre-india-brasil-e-africa-do-sul>>. Data de acesso: 20/08/2014.

FOUCAULT, M. What is Critique?. In: LOTRINGER, S. (Ed.) 2ª Ed. *The Politics of Truth*. Nova York: Semiotext(e), 2007. 200p.

GRIFFIN, P. *Gendering the World Bank: Neoliberalism and the Gendered Foundations of Global Governance*. Nova York: Palgrave MacMillan, 2009. 260p.

IBAS Fórum de Mulheres. *III Fórum de Mulheres do IBAS*, 2010. 10p.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). *Violência contra a mulher: Feminicídios no Brasil*, 2013. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925\\_sum\\_estudo\\_feminicidio\\_leilagarcia.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_feminicidio_leilagarcia.pdf)>. Data de acesso: 13/10/2013.

JABRI, V. Feminist Ethics and Hegemonic Global Politics. *Alternatives: Global, Local, Political*, v.29, n.3, p.265-284, 2004.

PAPART, J. et al. (Eds.) *Theoretical Perspectives on Gender and Development*. Ottawa: the International Development Research Center, 2000. 232p.

PETERSON, V. S. Sexing Political Identities/ Nationalism as Heterosexism. *International Feminist Journal of Politics*, Londres, v.1, n.1, p.34-65, 1999.

SEN, G.; GROWN, C. *Development, Crises, and Alternative Visions: Third World Women Perspectives*. Nova York: Monthly Review Press, 1984. 116p.

SPIVAK, G. C. *A Critique of Postcolonial Reason: Toward a History of the Vanishing Present*. Londres: Harvard University Press, 1999. 449p.